

## **DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA**<sup>1</sup> ZHEBIT<sup>2</sup>, Alexander

O seminário “Desafios da Integração Sul-Americana”, que se realizou no âmbito da Semana da Integração Acadêmica “Desafios às Ciências Humanas e Sociais” do CFCH da UFRJ, entre os dias 22 e 26 de maio de 2006, contou com a participação dos pesquisadores e conferencistas brasileiros e estrangeiros, estes últimos oriundos dos seis países vizinhos sul-americanos – Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Uruguai, Venezuela, bem como acolheu representantes do governo federal, diplomatas brasileiros e cónsules estrangeiros, acreditados no Brasil, junto com representantes de movimentos sociais. O tema da integração sul-americana ficou prioritário nas discussões dos participantes sobre as agendas das políticas externas dos países sul-americanos, visando ações concertadas na região sul-americana no sentido do aprofundamento da integração política e econômica entre o Brasil, os seus parceiros do Mercosul e outros blocos e países do continente, interessados na aproximação mútua, procurando criar espaços econômicos, jurídicos, tecnológicos, informativos, culturais e humanos comuns. O seminário foi apoiado pelo Programa ProSul do Ministério de Ciência e Tecnologia e pela Eletrobrás.

As negociações multilaterais em torno da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), referentes à sua implantação, que já duram mais de uma década, deixaram transparecer intenções do estabelecimento ou da perpetuação de comportamentos hegemônicos em assuntos hemisféricos comerciais, sem retornos visíveis em termos tecnológicos, de patentes ou de subsídios agrícolas e, provavelmente, podiam, caso a zona de livre comércio das Américas já fosse instituída, resultar no estabelecimento de padrões de dominação social e econômico-comercial prolongada. Um desencantamento entre vários segmentos da população brasileira, desde empresários até trabalhadores, em relação às negociações e seus possíveis reflexos, devido aos efeitos que a implantação da proposta poderia trazer aos países, tornou-se um estímulo para debates sobre a alternativa à integração hemisférica, que poderia viabilizar um comércio mais eqüitativo e mais justo, sem

---

<sup>1</sup> Trabalho de resumo, apresentado na sessão do encerramento do Seminário “Desafios da Integração Sul-Americana” em 26 de maio de 2006.

<sup>2</sup> Alexander Zhebit, professor-adjunto do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro na área de Estudos e Relações Internacionais.

barreiras para mercadorias e serviços, provenientes dos países menos desenvolvidos para mercados dos Estados Unidos da América e do Canadá, repercutindo-se sobre uma maior integração econômica, política, comercial e social sul-americana. A discussão, que se desenvolveu no seminário, abrangeu, além dos aspectos político-diplomáticos e econômico-comerciais, o dia-a-dia dos partidos políticos, na época das mudanças eleitorais, concentradas na América do Sul em torno dos anos 2005-2006, bem como o exame dos modelos de desenvolvimento em vigor. Uma reflexão sobre as raízes da crise econômica e social que caracteriza um número significativo dos países sul-americanos foi um dos aspectos frequentemente abordados pelos participantes. Os novos e velhos movimentos sociais, concomitantes com a integração continental, surgiram no limiar do milênio como proponentes de novas práticas de integração social, constituída no “além dos Estados”. Os cenários culturais da América do Sul, abordados mediante a memória histórica e a ação cultural, contribuíram para a visualização da América do Sul como um espaço de vivência comum, de diversidade cultural e da crescente união de culturas, afastando e eliminando os ranços da antiga dicotomia luso-castelhana. A busca de propostas para a solução dos problemas do desemprego, da construção do espaço energético comum, da logística continental, da ação comum na Amazônia, a própria familiarização dos participantes com os movimentos sociais atuais e atuantes em vários países do continente, enriqueceram o debate e lançaram uma ponte entre a comunidade acadêmica e os políticos, as sociedades nacionais, os movimentos sociais e, na opinião de muitos, aproximaram o nascimento de uma nova América do Sul, guiada pelos anseios das organizações de uma sociedade civil de dimensão sul-americana, baseada numa unidade de interesses e valores e no conhecimento mútuo e compartilhado.

**A sessão inaugural** do seminário “Desafios à Integração Sul-americana” contou com as palavras de abertura da Professora **Sílvia Vargas**, Reitora em exercício da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Professora **Suely Souza de Almeida**, Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Prof. **Luís Manoel Rabelo Fernandes**, secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia. O representante do ministério federal que apoiou e patrocinou o evento, salientou que a escolha do tema do seminário, como a linha-mestre da Semana de Integração Acadêmica do CFCH, teve um simbolismo muito grande, desde que contribuiu para o esmorecimento da reverência infantil das elites sul-americanas, voltada para a Europa e os Estados Unidos da América, durante o século passado, e deu um passo em direção à eliminação gradual do complexo de inferioridade sul-americano em

relação à Europa, que tinha como resultado a vivência secular do Brasil e dos seus vizinhos sul-americanos, de costas voltadas uns aos outros. Ao tocar no tema de ciência e tecnologia, ele afirmou que o sistema brasileiro de ciência e tecnologia também herdou este complexo, desde que naquela área as relações privilegiadas foram espontaneamente estabelecidas entre o Brasil e os países da União Européia e não os países sul-americanos. O mérito do Governo Lula, a seu ver, consistiu em ter trazido ao centro do debate político externo o tema de integração sul-americana. Na área de ciência e tecnologia esta ênfase permitiu elevar o nível de cooperação científica e tecnológica entre os países sul-americanos, sobretudo, mediante programas conjuntos, como o ProSul, que respaldou a realização do seminário e da semana de integração acadêmica. A rede de pesquisa CLARA, funcionando em alta velocidade, constituiu-se em um dos elementos da integração física da América Latina. A cooperação bilateral espacial no âmbito das relações Sul-Sul entre o Brasil e a China deu um fruto de significado inédito para toda a América do Sul, providenciando imagens gratuitas de satélite para todos os países do continente, com previsões de colheitas agrícolas, de tempo, de secas, fenômenos demográficos e ambientais, vigilância no que tange o desmatamento da região amazônica.

O ministro **João Luiz de Barros Pereira Pinto**, Chefe da Divisão das Américas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que representou o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário Geral do Itamaraty, e proferiu a conferência de abertura do seminário abordou três principais aspectos do relacionamento do Brasil com os seus vizinhos sul-americanos: a) questões de fronteiras; b) preconceitos mútuos existentes; c) diferenças culturais e lingüísticas. No entender do ministro, a União Européia levou mais de 50 anos para se transformar na formação quase supranacional que ela é. Mesmo antes do processo de integração a Europa ocidental, com o seu núcleo industrial e econômico bastante homogêneo, estava mais preparada para a integração que a América Latina ou a América do Sul. Por estas razões, a comparação da integração européia com a integração latino- ou sul-americana demonstra um caminho longo que os países sul-americanos ainda têm que percorrer. Por exemplo, enquanto a Europa eliminou fronteiras físicas entre os estados-membros da União Européia, já há algumas décadas, a América do Sul ainda mantém fronteiras para a travessia tanto dos cidadãos quanto dos transportes e mercadorias. As fronteiras entre os países do Mercosul e os países sul-americanos em geral tornaram-se mais “vivas”, de maneira que um terço dos tratados pela Divisão das Américas tem a ver com problemas transfronteiriços: quem pode dirigir carros nacionais (estrangeiros)

no território nacional (estrangeiro)? quantos brasileiros e em que base legal moram e trabalham no Paraguai? quantos bolivianos residem clandestinamente em São Paulo? como internalizar e internacionalizar as normas do Mercosul nos países-membros, ou, em linguagem de legistas e economistas, instituir o marco regulatório? Não há regulação regional nos setores de gás e eletricidade, faltam regras da interconexão regional, compatíveis com marcos regulatórios domésticos, não há clareza sobre graus de intervenção de Estado, de participação do capital privado, da internacionalização de empresas privadas. Ainda existem, segundo o conferencista, preconceitos em relação às mercadorias, produzidas em alguns países como Paraguai e Bolívia, de maneira que as marcas comerciais em produtos, aliás, muito bons, fabricados naqueles países, frequentemente trazem a marca “Made in Mercosur”. As diferenças culturais e lingüísticas, que existem na América Latina e na América do Sul não se reduzem apenas ao binômio luso-castelhano, mas se ampliam para quase todos os países *hispano-hablantes*. Elas estendem-se às palavras e aos conceitos políticos, econômicos, demográficos, sociais. Tudo isto significa que as diferenças têm uma conotação vivencial, cultural e local, precisando ser postas em evidência e ultrapassadas. Através de uma aproximação cultural, intercâmbios comerciais, produtivos e humanos, conseguir-se-á superá-las e construir uma América do Sul integrada e unida.

**No primeiro painel do seminário, subordinado ao tema “O imperialismo hemisférico vs. a união continental”** e coordenado pela Prof.<sup>a</sup> **Laura Tavares**, Pró-Reitora de Extensão, **José Luis Pacheco**, político e acadêmico venezuelano, ao caracterizar o processo revolucionário bolivariano, tentou responder à colocação, feita por ele próprio: porque os nossos povos são tão pobres? No seu livro e no paper, apresentado no seminário<sup>3</sup>, ele afirma que o sistema-mundo, conceito elaborado pelo teórico americano Immanuel Wallerstein, explica as razões da acumulação e da concentração exagerada da pobreza e da riqueza num mundo, que é regido pela estrutura do centro e da periferia. A dominação estrutural do Norte sobre o Sul agrava a tendência de aumento exponencial, se comparadas as estatísticas do início dos séculos XIX, XX e XXI, da desigualdade entre os países ricos e pobres. O crescimento econômico não desembocou no desenvolvimento social. Depois do fim da Guerra Fria e da desintegração do sistema comunista, a construção de um mundo multipolar não fecha o caminho para a idéia da construção de uma sociedade socialista ou, nas palavras de Rosa Luxemburgo, citadas pelo palestrante, “ou construir

---

<sup>3</sup> *Simanca, José Luis Pacheco. Integración Latinoamericana y Proyecto Nacional Soberano: Desarrollo Soberano contra Crecimiento Económico. Ed. José Luis Pacheco, Gráficas Evi II C.A., 2004; Paper de José Luis Pacheco, apresentado no seminário Desafios da Integração Sul-Americana, em 22 de maio de 2006.*

socialismo ou entrar em barbárie”. Portanto, a revolução bolivariana é um caminho para a construção de uma democracia popular e participativa (conselhos), para a renovação do socialismo, com base na produção das riquezas amplamente usadas pela sociedade, na replicação dos serviços sociais, nas intermediações financeiras comerciais e no funcionamento dos sistemas de informação e comunicação. Para José Luis Pacheco, os espaços territoriais, ocupados pelos Estados, não são primordialmente geo-culturais, cabendo no paradigma civilizacional de Samuel Huntington, mas territoriais, geopolíticos e sociais, de maneira que a reprodução social se realiza no ambiente da confluência entre o Estado, a sociedade e o território, com base na pentarquia físico-natural: energia, água, assentamentos humanos, logística e sistemas de comunicação e informação. A idéia de integração sul-americana pressupõe, segundo Pacheco, a instalação de uma relação sistêmica mercantil-industrial, unindo estes países. Na América do Sul há fundamentos para a integração sul-americana, sem que se caia numa dependência exagerada dos países industrializados. Há uma auto-suficiência em água, recursos energéticos (petróleo, gás). A exemplo da revolução bolivariana, os países sul-americanos podem se liberar da dependência do Norte desenvolvido, ultrapassando a condição da sociedade doente, mergulhada no controle monopolista e hegemônico em cinco esferas: conhecimento, matéria-prima, armamentos, mídia e finanças. Em 1998 o Estado venezuelano desfrutava apenas de 20% do lucro obtido pela PDVSA. O processo de nacionalizações permite recuperar recursos naturais e canalizá-los ao serviço dos povos. Pelo que a Bolívia passa (no sentido do processo de nacionalização das reservas naturais), sugeriu Pacheco, o Brasil também passará.

**Mariela Guerreros**, jornalista colombiana, na sua primeira apresentação, apontou a dificuldade de discernir a essência latino-americana, que se perdeu durante os séculos da colonização e da formação das repúblicas latino- e sul-americanas, dentro das fronteiras traçadas arbitrariamente. Estes processos romperam os vínculos entre os povos indígenas e levaram a sua exclusão ou mesmo à extinção. Nestes últimos anos têm surgido novos líderes sul-americanos (Hugo Chavez, Luís Inácio Lula da Silva, Evo Morales), tem começado novos processos democráticos nos países com o Brasil, Argentina, Chile, Venezuela, Bolívia, onde mudou o tipo dos governos, que nos dias de hoje se dedicam aos eixos centrais da evolução humana, como educação, saúde, cultura. As soluções para os problemas básicos das populações passam por dois eixos – hegemônica e alternativa. Portanto, a integração das academias nos ajudará a desvendar os mistérios, procurar

caminhos para soluções alternativas, baseadas no pensamento das maiorias e responder às perguntas: que integração buscamos? o que significa a integração?

**Jason Borba**, professor da PUC/SP, analisou o processo da integração sul-americana em função da integração geo-econômica mundial, baseada na visão *marxiana* das coisas, ou seja, voltada para as idéias, expressadas nas obras sobre a economia política do teórico alemão, trabalhos sobre o imperialismo de V. Lenine e J. Hobson e ampliada pelo paradigma do sistema-mundo de I. Wallerstein. Para Borba, no centro ainda predomina o conceito de mais-valia absoluta, enquanto a periferia se diversificou e não é mais uma só. Há três tipos da periferia, referentemente, por exemplo, à América do Sul: a) periferia desenvolvida (Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai); b) periferia em desenvolvimento (outros países sul-americanos); c) a periferia subdesenvolvida (Bolívia, Paraguai). O mesmo esquema se aplica a outros continentes do Sul, em graus variados. O paradigma de Wallerstein, segundo Borba, está em crise porque depois do fim da Guerra Fria, começou uma procura dos espaços geo-econômicos pelos atores do Terceiro Mundo e do antigo Segundo Mundo. Entre os três conflitos políticos globais – o do Norte-Sul, o do Ocidente e o Islã e o conflito inter-imperialista, é o último que decidir o destino da humanidade. A Grande Jogada das potências terrestres e marítimas no cenário geo-político, caracterizado pela desintegração do bloco soviético e do fim da Guerra Fria, é acompanhada pelo fortalecimento e pela perpetuação do capitalismo de Estado, bem como pelas tendências da unipolarização e da multipolarização na cena mundial. O esforço da unipolarização, implícito, entre outros, nas negociações sobre a ALCA, é contrabalançado pelas tendências da multipolarização, as quais se dividem em tendências *benignas* e *malignas*. As benignas agem no sentido de criar um palco de concorrência e cooperação em termos eqüitativos e justos, na produção e no comércio globais, na distribuição da riqueza entre os países mais ricos e mais pobres, enquanto as malignas apontam para um fosso crescente entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. No fim dos anos 90 – início dos anos 2000, surgiram novos pólos, a União Européia se fortaleceu em relação aos Estados Unidos, aconteceram conflitos na Bósnia, no Afeganistão e no Iraque que dividiram o bloco ocidental e empurraram a Rússia a se aliar à posição européia no conflito entre os Estados Unidos e estados islâmicos radicais, a China desceu do muro e se aliou às posições da Europa e da Rússia neste conflito. Portanto, do ponto de vista geopolítico e geo-econômico, se levarmos em conta um aprofundamento das relações econômicas entre a União Européia, a Rússia e a China, a Ilha Mundial (Heartland) está se recompondo, talvez não exatamente em termos previstos

por Halford MacKinder, mas formando um espaço geo-econômico predominante na geopolítica mundial. Isto, no entender de Jason Borba, se for levado até a sua conclusão lógica, resultaria num conflito global, dadas as máximas políticas de guerra, expressas por K. von Clausewitz e por K. Marx. Neste cenário global, um sub-cenário continental aponta para uma perda relativa do espaço geo-econômico pelos Estados Unidos na América Latina e, sobretudo, na América do Sul, embora a situação política nos países das Américas não favoreça uma previsão mais otimista, por vários motivos: a) a ALCA, como uma das expressões do conflito global entre o pólo americano e a Ilha Mundial, não está favorecida pela política externa do Presidente G.W. Bush, cuja administração relegou as negociações para o segundo plano, tentando criar uma rede de acordos comerciais bilaterais, mas com o retorno eventual dos democratas, as negociações poderão se retomar; b) a integração sul-americana ficou debilitada pela opção mexicana pela NAFTA e pela crise do Mercosul, que se dividiu num Mercosul comercial e num Mercosul logístico; c) um sub-imperialismo brasileiro provocou reações dos países vizinhos no sentido de reivindicar maior acesso à distribuição de riquezas, particularmente no campo energético (caso da Bolívia de Evo Morales). A disputa pelo poder mundial, conclui Jason Borba, desabaria sobre a América Latina, porventura, sob a forma de uma nova Guerra Fria. Enquanto à integração sul-americana, Borba sugere o cenário futuro da evolução deste processo: a) transição política a uma América Latina mais “vermelha” e b) surgimento do vetor “proletário”, como ator das relações internacionais sul-americanas.

**No debate**, que se seguiu ao painel, várias colocações e indagações foram feitas pelos participantes, entre as quais, a evolução da influência hegemônica e imperialista na região, a luta anti-terrorista, o Plano Colômbia e outras. Nas respostas, é importante destacar as de Mariela Guerreros e de Jason Borba. Mariela Guerreros minimizou a importância do Plano Colômbia no combate ao narcotráfico. Para ela, os Estados Unidos são interessados muito menos neste combate, que é pouco eficaz, do que na criação de uma ponta-de-lança militar norte-americana para a América do Sul. Os cerca de 500 assessores militares que trabalham na Colômbia estão espalhados pelo país com o objetivo de controlar a infra-estrutura, vender e testar armamentos. As fumigações e outros atos de intervenção na natureza resultam nas mutações genéticas, nas mortes, na destruição da flora e da fauna selvagens, das mais ricas na Amazônia. A presença norte-americana e a militarização do país quebram a economia colombiana. Jason Borba caracterizou os estados sul-americanos como não aptos e adequados para servir aos interesses da classe operária. Ao caracterizar as FARC como um

movimento revolucionário de resistência, ele achou que o termo terrorismo não é aplicável a ele, ou seja, é acidental nas suas atividades. Portanto, a identificação das FARC como movimento terrorista não é a mais importante, por causa de sua natureza revolucionária. O mesmo se aplica, segundo ele, às invasões do Afeganistão e do Iraque, que teriam sido invadidos de qualquer jeito, com Al-Qaeda e sem ele. Respondendo à questão da influência hegemônica sobre a América do Sul, ele ponderou que tanto quanto há várias concepções do socialismo, há várias outras do imperialismo e do anti-imperialismo. O que está acontecendo na América do Sul em termos políticos é a competição entre os conceitos políticos e econômicos diferentes, o que torna a elaboração da idéia de integração uma tarefa complexa.

A primeira sessão do seminário contou com a presença do cônsul-geral da Venezuela Embaixador Mario G. Vera, cônsul-geral do Uruguai Alberto Guani e cônsul da Bolívia Franz Mariscal Mendivil.

**No segundo painel do seminário, sobre o tema “Modelos de desenvolvimento e crise social”, coordenado pelo Prof. Fabio Garsez, do CAp/UFRJ, o palestrante José Luis Pacheco, na sua segunda apresentação, desenvolveu o tema da integração sul-americana, começada no painel anterior, através das três leituras distintas: o choque das civilizações, a economia-mundo e a formação social. Como as duas primeiras tiveram um destaque importante na sessão anterior, na atual apresentação, a formação social teve uma ênfase especial, caracterizada como o agregado de conjuntos histórico-sociais em que se agrupam as populações dentro de determinados territórios e complexos sub-regionais. Nesta perspectiva, a formação de um sistema de integração sul-americana no século XXI dependerá da formação continental de modelos energético, de infra-estrutura, de recursos primários, de redes tecnológicas, do controle de água, em resumo, do controle energético da região pelos estados soberanos sul-americanos. Outras duas alavancas da integração consistirão no controle da ciência e tecnologia, dos armamentos e da informação e comunicação. Ele apontou os nove eixos regionais da integração, que precisam ser integradas e consolidadas, repetindo o modelo geral: Amazônia do Sul (Peru, Brasil, Bolívia), Escudo das Guianas (Venezuela, Brasil, Guyana, Suriname), Interoceânico Amazônico, Inter-oceânico Central, Inter-oceânico Capricórnio, Bacia de la Plata, Andino, Interoceânico Meridional (Talcahuano, Concepción, Neuquén, Bahía Blanca) e Mercosul (Chile), fazendo referência à IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana). Para o palestrante,**



a integração sul-americana é primordialmente uma integração social das populações, reunidas em torno dos projetos geopolíticos e energéticos regionais e sub-regionais. Ele afirmou que o ensino obrigatório das línguas espanhola e portuguesa em nível básico e médio é uma necessidade para todos os países da região. Embora o Brasil incentive o estudo do espanhol em níveis básico e médio, os países latino-americanos não reciprocamente com programas de ensino da língua portuguesa.

Falando em seguida, **Marcelo Coutinho**, coordenador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) do IUPERJ, destacou a formação das ondas históricas que caracterizaram a evolução sul-americana em termos políticos, econômicos e sociais: a) autoritarismo e ascensão dos regimes militares ao poder nos anos 60 e 70; b) transição para a democracia, nos 80 e 90, e c) ascensão de governos de esquerda nacionalista (final dos anos 90 e início dos 2000). Ao afirmar que a pobreza e a desigualdade não são legados da política neoliberal, com que se identificaram todos os governos dos países latino-americanos nos anos 80 e 90, aumentaram, no final dos 90 e no início dos 2000, devido ao processo de uma longa duração de concentração de riqueza e de renda. Mesmo no Chile que chegou a ter taxas maiores de crescimento do que a média da região, a diferenciação da renda continua sendo grande e não apenas não diminuiu, mas aumentou. Nos anos 90 e no início de 2000, o processo da liberalização econômica e o modelo do Consenso de Washington começaram a ser acompanhados e de certa forma rivalizados pelo processo da democratização política, que envolveu a participação popular mais ampla. Em vez de estar convergindo, os dois processos entraram numa relação conflitiva. Devido às crises mundiais financeiras e depois das crises políticas no Peru e na Argentina, o modelo neoliberal enfrentou o esgotamento, criando um caldo nutritivo para situações de conflito. Em vários países, como a Venezuela, Argentina, Bolívia, modelos de privatização foram rejeitados, aberturas de mercados diminuídas, gastos sociais ampliados e políticas industriais e energéticas repensadas. Caso excepcional, o Brasil, seguindo, porém, a receita macroeconômica neoliberal, conseguiu atingir os maiores níveis de taxas de diminuição de pobreza na região sul-americana nos últimos anos. O crescimento econômico no Chile e na Argentina (após a crise de 2001-2002) não foi acompanhando pelo nivelamento da distribuição da renda naqueles países, o que significa que há mecanismos no funcionamento de várias economias sul-americanas que não conseguem obstruir a concentração de renda em níveis nacionais. Na Venezuela as mudanças envolveram, além da economia, a política, as relações sociais e culturais, a matriz energética, no âmbito do conceito do “socialismo do

século XXI”. O palestrante não consegue enxergar um desenvolvimento, que não passe por mercados, por um lado, e a democracia que não passe pelas ruas, por outro. Portanto ele acha que neste momento do desenvolvimento das políticas internas dos países sul-americanos uma conciliação entre os dois pólos, que precisam se encontrar, porque a ênfase apenas no mercado significa a morte da democracia e a insistência na democracia sem mercado empurra para o passado autoritário. A conciliação é possível, se a integração se aprofundar, o que está acontecendo. Esta integração enfrenta os três principais desafios: a) a aproximação entre os vizinhos; b) a reafirmação da vocação regional para a paz, a integração e o desenvolvimento; c) a busca da coordenação e do concerto nas políticas regionais. Para ele, os modelos antigos do neoliberalismo, do nacional-desenvolvimentismo e do autoritarismo estão esgotados: chegou o tempo a buscar novos modelos, baseadas na integração regional, nas políticas regionais comuns, na preocupação com o social.

**César Benjamim**, editor, na sua palestra, partiu do modelo global da análise da conjuntura política e econômica mundial. Para ele, o mundo é caracterizado pela luta pelo poder e riqueza. Nesta luta os Estados Unidos da América, a União Européia o Leste da Ásia estão se sobressaindo. Mas há regiões marginalizadas, entre elas, o Oriente Médio, a África, a América do Sul. Porque não se realizou o sonho de pan-americanismo, pergunta César Benjamim. Ele avança três hipóteses porque isto não aconteceu: a) as economias primárias exportadoras latino-americanas foram controladas e articuladas pelas cadeias fortes do capitalismo, sobretudo inglês, no século XIX, sem poder unir e comerciar mutuamente; b) houve um vazio econômico e demográfico no coração do continente, que inibiu o relacionamento físico-territorial, através das infra-estruturas, entre os países periféricos da Amazônia; c) a diferença das identidades, indígenas, étnicas e raciais do continente, conseqüência da ruptura da continuidade entre os períodos pré-colombiano e pós-colombiano, devido à chegada dos povos novos, criou um hiato na evolução histórica e cultural do continente, o que o tirou dos caminhos centrais da evolução e jogou na periferia do progresso. Como o pan-americanismo é *per se* um processo integratório da América do Sul e da América Central, a análise destas hipóteses passa pela reflexão sobre os seguintes processos regionais internacionais que ocorrem em várias regiões do mundo, entre os quais, o deslocamento do pólo manufatureiro mundial para o Leste da Ásia, a mudança do papel da Amazônia (que em vez de não-ator ou ator passivo, transforma-se em ator ativo), o enfraquecimento do Oriente Médio, devido à decadência do fator petroleiro, devido aos preços altos e ao esgotamento dos recursos fósseis. O assunto levantado pelo palestrante

no contexto da filosofia de História foi a questão do controle de história pelos povos. Por enquanto, segundo ele, nenhum povo a controla, apenas o sistema-mundo. No entanto, este projeto civilizatório ocidental está posto em cheque e está em substituição por projetos continentais novos, reinventado, libertadores do mundo fetichizado de mercadorias e consumo.

A próxima palestrante **Mariela Guerreros**, jornalista colombiana, apresentou um relato da Caravana de Integração Latino-Americana, que ao ter ocorrido em 2002 e 2003, permitiu estabelecer e resgatar laços culturais entre os povos do continente, novos e autóctones, unir o presente e o passado. A diversidade cultural, nacional e indígena é a maior riqueza dos povos. O projeto chamado Abya Yala, ou “a América de todos”, da Alaska à Tierra del Fuego, na linguagem dos povos indígenas, é diferente do slogan de “a América para os americanos”. O projeto Nossa América, assim chamado em alusão ao termo cunhado por José Martí, incluiu várias rotas, entre as quais as principais eram a da Grã - Colômbia, Caminho dos Incas, Patagônica, Aquífera, Amazônica. A palestra foi acompanhada pelas imagens da vivência cultural e social dos povos das Américas.

A seguir a sessão, o **debate** sobre os modelos de desenvolvimento, a serem implantados para evitar crises sociais, deixou transparecer opiniões divergentes. No entender de Marcelo Coutinho, os indicadores macro-econômicos (taxas de crescimento, de inflação, do superávit comercial e orçamentário) estão longe de significar o desenvolvimento. O crescimento tem que ser acompanhado pelo controle de taxas, pela inclusão social, pela diminuição da desigualdade social, o que não aconteceu no Peru e no Chile, apesar das taxas elevadas do crescimento econômico. Mas alguns passos positivos foram dados no Chile, por exemplo, onde o governo de Bachelet, deu início a uma reforma tributária não-ortodoxa, ou seja, inclusiva e não exclusiva de aposentados. César Benjamim, por sua vez, apontou a instabilidade da ordem mundial depois do fim da Guerra Fria, que se caracteriza pela transformação da ordem bipolar em ordem multipolar. Os Estados Unidos da América nesta transformação são reféns do sistema financeiro internacional, enquanto a América do Sul é uma subárea do dólar americano. Várias consequências da situação atual na América do Sul são reflexos do “sub-imperialismo” brasileiro. A saída da situação da dependência política e financeira deve se basear num projeto regional de uma federação continental, em direção à formação de um dos pólos do mundo multipolar. A construção deste espaço, segundo ele, é uma tarefa dos povos e não das elites.

O segundo painel contou com a presença do cônsul da Bolívia Franz Mariscal Mendivil.

Na noite de 23 de maio aconteceu o **lançamento do livro** dos jornalistas venezuelanos **Cristina Marcano e Alberto Tyszka** “**Hugo Chávez sem uniforme: história pessoal**”, traduzido para o português e publicado pela Editora Gryphus. Na apresentação dos autores o coordenador da mesa **Francisco Carlos Teixeira da Silva (IFCS/UFRJ)** assinalou as mudanças que têm acontecido no continente sul-americano, dentro da ótica da integração regional, falando dos avanços e recuos da integração, do (res)surgimento dos movimentos indígenas e de sua influência sobre o panorama político e eleitoral nos países sul-americanos. Para ele, trazer as questões da política externa para o debate público na véspera das eleições de 2006 no Brasil é super-importante, porque isto demonstra a maturação da sociedade e sua preocupação com os problemas do entorno regional e continental do Brasil. **Alberto Tyszka**, ao apresentar o livro, destacou que ele foi escrito fora da Venezuela e teve como público-alvo leitores estrangeiros, para que o fenômeno Chavez possa ser entendido por não-venezuelanos. A intenção dos autores, na interpretação de **Cristina Marcano**, era a de tirar a discussão sobre Hugo Chavez da polarização dos extremos (Chavez como “hijo del diablo” ou como a encarnação de Simon Bolívar), entre o chavismo e o anti-chavismo. Às perguntas se a “revolução bolivariana” é possível sem Chavez e como o exercício do poder durante os últimos oito anos influenciou o líder da Venezuela, **Cristina Marcano** opinou que a continuação do processo socializante na Venezuela sem a liderança de Chavez seria impossível pelo fato de o mesmo não ter e não ter preparado um sucessor. Quanto à influência do poder sobre Chavez, achou que há sinais de que a projeção do líder venezuelano na mídia é exagerada, o último não recorre mais a assessores a quais recorria frequentemente nos primeiros anos do governo, os governos sob a sua presidência são técnicos, compostos de membros sem personalidade. Falando do impacto da democracia *de la calle* sobre a política da Venezuela e de sua ligação com movimentos indígenas, **Alberto Tyszka** minimizou a influência do movimento indígena sobre os processos políticos no país, destacando que apenas um por cento da população do país é indígena e dos 164 assentos no parlamento, três são ocupados pelos representantes dos povos indígenas. Ele assumiu uma atitude crítica em relação ao armamento da Venezuela que se intensificou durante o governo atual.

**O terceiro painel do seminário sobre o tema “Eleições, partidos e mudança social na América do Sul”, coordenado por Marildo Menegat (ESS/UFRJ) contou com a**

presença do membro do Governo do Uruguai **José Mujica**, também conhecido como Pepe Mujica, líder dos Tupamaros, político uruguaio e atualmente ministro de Agricultura, Pecuária e Pesca do Uruguai, que já foi Presidente do Senado uruguaio. José Mujica teceu várias teses fundamentais sobre o tema da integração regional: a) a necessidade da integração dos povos das Américas ao mundo, b) a destruição cotidiana do poder, manifesta através dos processos eleitorais; c) mudanças nas relações de propriedade e nos valores e culturas. Para ele, uma cultura perdulária, burguesa e consumista impede esta integração e deve ser combatida por meio da mudança das relações de propriedade, deixando ao povo, e não às elites, a opção econômica, política e social. A destruição do poder, que se testemunha cotidianamente, poderia ser ultrapassada pela criação de partidos de novo tipo, formados em novas e diferentes bases populares. A integração sul-americana significa a construção de uma América Latina como uma nação comum com a língua comum, pólo da civilização latino-americana. Para ele, tem surgido no seio dos povos latino-americanos uma nova religiosidade, que está ligada à valorização da vida humana. Este pensamento humanista e filosófico lança alicerces para a uma integração por via da mudança social na América Latina.

**Maria Regina Soares de Lima**, do Observatório Político Sul-Americano / IUPERJ, colocou o tema no contexto dos dois processos conflitantes na América do Sul, que ainda há uns meses, não se apresentavam com tanta acuidade, como acontece nos dias de hoje: integração e fragmentação. Para ela algumas das principais tendências mundiais precisam ser consideradas, no que tange à análise dos desafios à integração sul-americana: a) a globalização; b) o fim da Guerra Fria e da utopia socialista, bem como seus reflexos sobre a evolução das relações internacionais; c) processos da democratização, acompanhados pela estabilização institucional, conforme os preceitos do Consenso de Washington e d) nacionalismos. O fortalecimento da afirmação dos direitos humanos, a mobilização social através do voto, a projeção dos movimentos indígenas tornaram-se possíveis, devido ao surgimento das condições internacionais favoráveis, que permitiram que estes experimentos sociais acontecessem. Referindo-se à nacionalização dos recursos nacionais, ela avaliou os processos na Venezuela e na Bolívia, como uma normalidade, resultante da globalização dos circuitos energéticos e das conseqüentes preocupações nacionais com a segurança energética. A política das nacionalizações dos recursos naturais na Bolívia não é um caso isolado, mas uma manifestação da tendência, que evolui em função do surto dos preços dos recursos fósseis e de sua rareificação cada vez mais evidente. Em vista desses processos

ocorre a crise dos blocos regionais, na América do Sul, nos casos da CAN e do Mercosul. A Comunidade Andina, debilitada pela saída da Venezuela, enfrenta uma desintegração porque outros países-membros da comunidade, como Colômbia, Equador e Peru estão tentados a lançar acordos bilaterais com os Estados Unidos, não deixando à Bolívia muitas chances de permanecer no bloco. O Mercosul faz face às crises de três principais naturezas: a) o bloco não se desenvolveu suficientemente a supranacionalidade institucional; b) relações argentino-brasileiras, que constituem o eixo principal do bloco, são antes mais complexas e tensas do que solidárias e fáceis nas questões que variam do comércio, dívida externa, à segurança regional; c) as relações entre a Argentina e o Uruguai também apresentam problemas, no caso, por exemplo, das relações transfronteiriças (a questão da construção das “papeleras” no Uruguai e o conseqüente reflexo sobre a opinião pública dos dois países), d) o Mercosul continua voltado mais para o Atlântico do que para o interior do continente ou para o Pacífico, marginalizando desse modo os países como a Bolívia e o Chile e se isolando da América do Sul. Debruçando-se especificamente sobre as questões de segurança regional e internacional, Maria Regina Soares de Lima ressaltou a predominância nas relações pan-americanas dos esquemas da segurança hemisférica (TIAR, OEA) antes de 11 de setembro e mesmo depois. Ela considerou, no entanto, que o Brasil não quis securitizar as questões domésticas, preferindo combater o narcotráfico, o crime organizado, o terrorismo, na Tríplice Fronteira e outras regiões, com suas próprias forças. Devido à fragmentação política e econômica regional, a dependência do Brasil dos Estados Unidos em questões de segurança e a sua inserção na segurança hemisférica é muito maior do que ela poderia ser, caso houvesse uma maior sintonia política regional entre os países do Cone Sul e do continente sul-americano.

**No debate** que se seguiu, foram colocadas questões, referentes às especificidades das políticas internas dos governos de Chavez e Morales, às “papeleras”, bem como questões sobre a indissolubilidade entre processos da regionalização e da globalização. José Mujica defendeu a maior aproximação da política com os campos social e cultural, achando que a construção das “papeleras” poderia levar a uma degradação do meio ambiente, se precauções necessárias neste sentido não fossem tomadas, mas no caso concreto o governo do Uruguai tomou as providências adequadas de proteção e preservação natural. Maria Regina Soares de Lima reforçou a tese de que os povos latino-americanos são predestinados a viver juntos, enquanto a polarização política e a concentração do poder não podem ser dissociadas da globalização. O surgimento de outros

vetores do poder, como a China ou a Índia, não seria favorável ao Brasil, caso ele não conseguisse formar um espaço regional integrado que reforçaria a sua vocação e poder naturais.

O terceiro painel do seminário contou com a presença do cônsul-geral do Uruguai Alberto Guani.

**O quarto painel do seminário sobre o tema “Atualidade dos movimentos sociais na América do Sul e sua visão da integração continental”** reuniu representantes de vários movimentos como palestrantes da mesa, coordenada pela professora **Sara Granemann (ESS / UFRJ)**, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **Gilmar Mauro**, falou da concepção do MST em relação à realidade brasileira e sul-americana e dos métodos da luta dos trabalhadores rurais pela propriedade fundiária. Para ele, a base da integração sul-americana deve ser feita sobre a base econômica do socialismo, que se constrói e se consolida através das lutas camponesas, desde que o princípio sobre o qual a integração deve ser alicerçada seja internacionalismo proletário. Os países, setores e movimentos que favorecem a integração neste sentido são Cuba, partidos da classe operária e dos camponeses, sindicatos de trabalhadores, movimentos dos negros, indígenas e outros segmentos sociais. **Alberto Spagnolo**, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Desempregados de Solano (Buenos Aires, Argentina), compartilhou com o público as experiências do movimento no tocante à sobrevivência de pessoas desempregadas em tempos da crise. Segundo **Jorge Antonio Sainz Cardona**,<sup>4</sup> a América Latina vem sofrendo desde a época colonial intervenções sócio-espaciais constantes. A partir deste pressuposto, estamos obrigados a repensar o presente e traçar o caminho para a evolução futura com base no estudo rigoroso dos conceitos de democracia, desenvolvimento, urbanização, exclusão, conflito, instituição, constituição. Através desta postura, histórica e reconstrutiva, será possível analisar criticamente a transformação estrutural que acontece na Bolívia. Ele abordou as linhas mestras de um projeto regional boliviano, necessário para a evolução futura do país em direção ao desenvolvimento e auto-suficiência. Para ele, entre 2000 e 2002 aconteceu uma mobilização dos movimentos indígenas pelos partidos de esquerda, enquanto no final de 80 e início de 90 estes movimentos, embora existentes, estavam latentes, como foi no caso do movimento dos cocaleiros. Dispersados pela divisão regional, estabelecida, primeiro, pelos vice-reinados e, após a independência, pelas repúblicas latino-americanas, as populações indígenas

---

<sup>4</sup> Cardona, Jorge Antonio Sainz. *Procesos sócio-espaciales em Bolívia. Paper apresentado no seminário “Desafios da Integração Sul-Americana”, em 25 de maio de 2006 no CFCH da UFRJ.*

começaram a readquirir as suas identidades apenas no início dos anos 2000, fazendo uso das longas marchas através do território boliviano e das concentrações na capital do país, transformando-se em grupos inter- e transterritoriais, de maneira que as divisórias espaciais administrativas, e, por conseguinte, sociais são ultrapassadas. **José Maria Gómez**, ao abordar o crescimento dos movimentos sociais existentes e o surgimento de novos movimentos no panorama latino- e sul-americano, analisou o fator de desterritorialização geográfica e econômica, dentro do contexto da integração sul-americana, que favorece, a seu ver, o fortalecimento de ações coordenadas e transfronteiriças dos movimentos sociais, ajudando a agregar seus esforços e estabelecer futuramente uma frente unida destes movimentos em prol da justiça social substantiva, de uma distribuição de renda mais eqüitativa e de um desenvolvimento social aprofundado. As dificuldades significativas da convergência entre os países do continente no plano transnacional, dentro da óptica integracional sul-americana, podem ser vencidas através da idealização e da aplicação às políticas de movimentos sociais de um internacionalismo do novo tipo, baseado em novos anseios sociais, novos atores, nova ética social.

**O quinto painel do seminário sobre o tema “História e Memória na América do Sul”**, coordenado pela Professora **Jessie Jane Vieira de Sousa (IFCS/UFRJ)**, reuniu as militantes dos movimentos de proteção e de fortalecimentos dos direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. **Maria Gracia Iglesias (HIJOS)**<sup>5</sup>, ao abordar as práticas repressivas da ditadura militar argentina na década de 70 – início de 80, denominadas como “terrorismo de estado”, caracterizou-as como o maior genocídio na história da Argentina. Ela descreveu a situação em que se encontraram e se encontram mais de 500 filhos e filhas das vítimas das repressões, seqüestrados dos pais, torturados e mortos, cujas identidades foram trocadas. **Paola Mendez Montequirfo**<sup>6</sup>, debruçou-se sobre a manutenção da memória histórica, referentes aos crimes cometidos na época do regime ditatorial de Augusto Pinochet no Chile. Frente às tentativas de falsificar o passado, devem ser envidados esforços, segundo a palestrante, para não permitir as falsificações. Para isto uma cultura de memória precisa ser educada, baseada no trabalho de museificação e criação de lugares de memória. Esta cultura é indissociável da proteção e da promoção dos direitos humanos no futuro. O povo não guarda e se esquece do seu passado é capaz de repetir erros fatais de

---

<sup>5</sup> Iglesias, Maria Gracia. *Militar la memoria. Apropiación de menores y derecho a la identidad. Paper apresentado no seminário “Desafios da Integração Sul-Americana”, realizado em 22-26 de maio de 2006 no CFCH da UFRJ.*

<sup>6</sup> Montequirfo, Paola Mendez. *Sítios de memória. El recuerdo que permite olvidar. Paper apresentado no seminário “Desafios da Integração Sul-Americana”, realizado em 26 de maio de 2006 no CFCH da UFRJ.*



sua história. **Cecília Maria Bouças Coimbra**<sup>7</sup> referiu-se ao problema dos desaparecidos durante o regime militar. Segundo levantamento feito pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e outras entidades de direitos humanos desapareceram no Brasil cerca de 250 militantes políticos. O desaparecimento de pessoas – ocultação de seus restos mortais e circunstâncias em que se deram suas mortes – tem se caracterizado por ser uma das mais perversas práticas de tortura sobre seus familiares e amigos, pois para a “história oficial” essas pessoas estão vivas e para as autoridades são “foragidas” da justiça. Ou seja, apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais jamais assumiram suas prisões ou mortes oficialmente. Pressionado pela opinião pública, o regime militar foi obrigado a conceder uma anistia, muito embora não fosse aquela que todos clamavam: ampla, geral e irrestrita. Na sua política de “abertura, lenta e gradual”, o último presidente militar, João Figueiredo (1979 - 1985) concebeu uma Anistia parcial e restrita, pois muitos presos políticos – aqueles condenados por “crimes de sangue” – não foram beneficiados, assim como centenas de militares cassados e cidadãos que, por perseguição, perderam seus empregos e não foram até hoje reintegrados. Ela descreveu os trabalhos do Grupo Tortura Nunca Mais, que se dedica ao restabelecimento dos direitos das vítimas e dos familiares.

**Na sessão do encerramento do seminário**, a mesa, coordenada pela Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas Professora **Suely Souza de Almeida** e composta pelos membros da Comissão Organizadora do seminário Prof. **Alexander Zhebit**, Prof. **Marildo Menegat (ESS/CFCH)**, Prof. **Silvina Galizia (ESS/CFCH)**, e doutorando **Ramiro Dulcich (GEAL)**, fez o balanço dos trabalhos do seminário, destacando seu caráter científico e acadêmico, natureza trans-disciplinar e integradora de suas atividades, uma ampla participação de estadistas, diplomatas, pesquisadores, docentes e discentes, discussões e debates incentivadores, em torno dos problemas de integração sul-americana e seus aspectos políticos, econômicos e sociais. O seminário, segundo os membros da comissão, atingiu o seu objetivo principal, o de promover um evento científico internacional, destinado a identificar, sistematizar, analisar e debater atitudes disciplinares em torno da questão da integração sul-americana, no contexto de um olhar inter- e, conseqüentemente, transdisciplinar sobre a América do Sul e as vias de sua unidade regional, bem como os objetivos complementares: debater os desafios da integração regional sul-americana, num

---

<sup>7</sup> Coimbra, Cecília Maria Bouças. *Esquecimento e Memória: histórias ainda não contadas*. Paper apresentado no seminário “Desafios da Integração Sul-Americana”, realizado em 26 de maio de 2006 no CFCH da UFRJ.

ambiente crítico e reflexivo da discussão acadêmica, no contexto da integração das atividades das diferentes escolas e cursos do CFCH; buscar, mediante a apresentação de propostas dos painéis, alternativas aos problemas, dificuldades e gargalos da integração sul-americana; enriquecer o debate mediante a participação de pesquisadores, conferencistas e diplomatas estrangeiros, bem como representantes do governo brasileiro, que trabalham com os assuntos de integração; envolver, no debate sobre a integração sul-americana, representantes dos novos movimentos sociais; envolver os pós-graduandos do Grupo de Estudos da América Latina na produção científica e na participação nos debates; formar um grupo de iniciação à pesquisa científica, composta de alunos de graduação, a fim de transcrever, redigir e preparar para publicação materiais do seminário. O seminário permitiu uma participação efetiva no debate dos profissionais da comunidade acadêmico - científica nacional e internacional, de representantes do governo e de organizações da sociedade civil, devido à atualidade e ao caráter prioritário das políticas que têm sido e estão sendo praticadas em torno das vias da integração dos espaços latino-, sul- e pan-americanos, no contexto da atuação internacional do governo brasileiro. Ele deu início a um projeto de pesquisa a médio e a longo prazo, dedicado aos estudos dos problemas de integração regional em determinadas regiões da América do Sul e na região sul-americana em geral, pela GEAL, assim como reverterá numa publicação, fruto das conferências, palestras, debates e discussões, da apresentação de propostas práticas e dos trabalhos científicos de professores, de pós-graduandos e graduandos.

## **Conclusões**

### **I. A reavaliação histórica e conjuntural de alguns aspectos dos processos integratórios na América do Sul**

1. O pan-americanismo, uma espécie de integração continental, idealizado por Simon Bolívar, não seguiu adiante por várias razões: a) controle das economias primárias exportadoras latino-americanas pelo imperialismo inglês; b) um vazio econômico e demográfico no coração do continente, que inibiu o relacionamento físico-territorial entre as repúblicas latino-americanas; c) diferenças dos regimes políticos (a monarquia brasileira e o republicanismo latino-americano), a diversidade das identidades indígenas, étnicas e raciais diversas do continente.

2. Tem acontecido ultimamente uma eliminação gradual do complexo de inferioridade sul-americano em relação à Europa, sobretudo na área de ciência e tecnologia, o que permitiu elevar o nível e a qualidade de cooperação científica e tecnológica entre os países sul-americanos, sobretudo, mediante programas e projetos conjuntos, também em bases da cooperação Sul-Sul.

3. O processo da liberalização econômica com base no modelo do *Consenso de Washington* começa a ser acompanhado e de certa forma rivalizado pelo processo da democratização política, que envolve a participação popular mais ampla. Em vez de estar convergindo, os dois processos entraram na América Latina numa relação conflitiva.

4. O desenvolvimento econômico e social do continente continua assimétrico. O Brasil, seguindo a receita macroeconômica neoliberal, conseguiu atingir os maiores níveis nas taxas de diminuição de pobreza na região sul-americana nos últimos anos, enquanto o crescimento econômico no Chile e na Argentina não foi acompanhando pelo nivelamento da distribuição da renda naqueles países.

5. Um sub-cenário continental aponta para uma perda relativa do espaço geo-econômico pelos Estados Unidos na América Latina e, sobretudo, na América do Sul. Na busca da liderança regional o Brasil tem enfrentado nos últimos anos os Estados Unidos da América na área comercial e de integração. No entanto, a situação política nos países das Américas indica que a reversão desta tendência também é possível pelos seguintes motivos: a) a proposta da ALCA, como uma das expressões do conflito global entre o pólo americano e a Ilha Mundial, não teve prioridade na agenda da política externa dos EUA, que tentaram formar uma rede de acordos comerciais bilaterais com os países latino-americanos; mas, com um retorno eventual dos democratas ao poder, as negociações sobre a criação da ALCA poderão se retomar; b) a integração latino-americana ficou debilitada pela opção mexicana pela NAFTA e pela crise do Mercosul, que se dividiu num Mercosul comercial e num Mercosul logístico; c) a postura do sub-imperialismo brasileiro provocou reações nos países vizinhos no sentido de reivindicar um acesso maior à distribuição de rendas e riquezas, particularmente no campo energético.

## II. A heterogeneidade dos atores e as dificuldades da integração

6. Questões transfronteiriças, devido à mobilidade do comércio exterior, da expansão da *fronteira agrícola* e da concretização dos projetos comuns de infra-estrutura de natureza bi- e multinacional, que resultam em migrações mútuas de pessoas, da mão-de-obra, de profissionais e de estudantes, bem como assuntos, referentes à presença recíproca persistente das comunidades estrangeiras nos países do continente, dominam e sobrecarregam a agenda das políticas públicas dos países da América do Sul, precisando de soluções de nível e de grau qualitativamente diferentes.

7. Apesar de consideradas invioláveis e estáveis, as fronteiras latino-americanas foram traçadas arbitrariamente, rompendo os vínculos entre os povos indígenas e levando a sua exclusão ou mesmo à extinção. Em potencial, os problemas das fronteiras que se tornam cada vez mais *vivas*, podem surgir futuramente no contexto das reivindicações dos movimentos indígenas, assim como os antigos conflitos territoriais e de fronteira bilaterais entre o Peru e o Equador, entre a Bolívia e o Chile / o Peru são capazes de constituir ameaças à integração.

8. Economicamente os países divergem-se muito, apesar de todos pertencerem à *periferia*, que se subdivide na América do Sul em três tipos de periferia econômica: a) desenvolvida (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai); b) periferia em desenvolvimento; c) a periferia subdesenvolvida.

9. Entre os países sul-americanos ainda existem preconceitos mútuos, diferenças culturais, manifestações esporádicas de nacionalismo, ou mesmo racismo (no caso de futebol), destacando-se percepções exageradas do sub-imperialismo, da altivez nacional, do desprestígio na comercialização de mercadorias nacionais. Os países latino-americanos não reciprocam, adequadamente com programas de ensino da língua portuguesa nos seus respectivos países, ao Brasil, um país continental e o mais povoado da América Latina, que introduziu o ensino obrigatório do espanhol no ensino médio.

10. Os Estados Unidos não favorecem a política de integração sul-americana e exploram as diferenças políticas bilaterais e regionais. Devido à fragmentação política e econômica regional, a dependência do Brasil e de outros países sul-americanos dos Estados Unidos em questões de segurança e a sua inserção na segurança hemisférica é muito maior do que ela

poderia ser, levando em consideração o contexto do pós-Guerra Fria, caso houvesse uma maior sintonia política regional entre os países do Cone Sul e do continente sul-americano.

11. Os fatores conjunturais e objetivos de curto, médio e longo prazo, que influem sobre os altos e baixos da integração nos dois blocos sub-regionais (a Comunidade Andina e o Mercosul) são: a) conjunturas econômicas e eleitorais, com a exacerbação do nacionalismo e do populismo nos últimos anos; b) a geometria e a velocidade variáveis do desenvolvimento e da integração regionais; c) a crise de Estado, no sentido das limitações estatais face às demandas sociais crescentes; d) assimetrias políticas e econômicas entre os pequenos, médios e grandes países do continente; e) tensões nas relações bilaterais.

12. O Mercosul, especificamente, faz face às crises de três principais naturezas: a) o bloco não se desenvolveu suficientemente a supranacionalidade institucional; b) relações bilaterais apresentam problemas, a dimensão mercosulista é apenas comercial; c) são fracas as dimensões parlamentar, cultural, educacional e a cooperação nas áreas de saúde, meio ambiente, migração de mão-de-obra, aspectos legais da integração.

13. Alguns dos defeitos da política comercial e monetária brasileira: a) a persistência de um superávit alto do Brasil em relações comerciais com os parceiros do continente sul-americano, exceto a Argentina; b) um baixo grau de coordenação das políticas cambiais e da integração financeira entre os países do continente.

### **III. Novos fatores regionais que influem sobre a integração**

14. O (res)surgimento dos movimentos sociais e indígenas no contexto sul-americano é óbvio e sua influência no panorama político e eleitoral nos países sul-americanos tem aumentado. Os movimentos sociais é uma resposta popular à desilusão com as políticas neo-liberais tradicionais, por meio de recurso às políticas *de la calle*. Entre 2000 e 2002 ocorreu uma mobilização dos movimentos indígenas pelos partidos de esquerda, enquanto no final de 80 e nos 90 estes movimentos, embora existentes, estavam latentes. São indicados como processos políticos regionais novos: a) a transição política a uma América Latina mais *vermelha* e b) o surgimento do vetor *proletário* de cunho regional (coordenação entre movimentos sociais, Fórum Social).

15. A *reprodução social* nos países, que são palco dos movimentos sociais e indígenas, realizar-se-ia no contexto da confluência entre o Estado, a sociedade e o território, com base na pentarquia físico-natural: energia, água, assentamentos humanos, logística e sistemas de comunicação e informação.

#### **IV. Fatores que favorecem a integração**

16. Ocorreu uma mudança na percepção da postura política internacional do Brasil, que nos anos 90 liderava as resistências à hegemonia norte-americana na América do Sul. No panorama da radicalização do contexto político externo dos países como a Argentina, Venezuela, Bolívia, ou seja, países revisionistas, o Brasil transforma-se em um moderador dos processos da política internacional na região, um ponto de equilíbrio político e uma âncora de estabilidade, com um interesse maior na integração regional.

17. A complementaridade energética existe, mas ela não se constitui ainda em fator regional integrador, por o bilateralismo ainda prevalecer sobre a regionalização. A integração sul-americana no século XXI dependerá da formação continental de modelos energético, de infra-estrutura, de recursos primários, de redes tecnológicas, do controle de água, ou seja, do controle energético da região pelos estados soberanos sul-americanos, ou que se encaixa dentro da concepção da segurança energética da região sul-americana, que é auto-suficiente em água e energia, pelas próximas décadas.

#### **V. Desafios contínuos da integração**

18. A integração sul-americana enfrenta os três principais problemas: a) a aproximação entre os vizinhos; b) a reafirmação da vocação regional para a paz, a integração e o desenvolvimento; c) a busca da coordenação e do concerto nas políticas regionais.

19. As dificuldades significativas da convergência entre os países do continente no plano transnacional, dentro da óptica integracionista sul-americana, devem ser superadas através da idealização e da aplicação das novas políticas sociais, baseadas em novos anseios e novos atores sociais, uma nova ética social.

20. A integração sul-americana pressupõe o estabelecimento e o estreitamento dos laços culturais entre os povos do continente, novos e autóctones, a união do presente e do passado, o resgate da memória e da história e sua preservação. Ela deve estar alicerçada sobre a diversidade cultural, indígena e étnica, que é a maior riqueza dos povos.

21. Há uma necessidade premente no estabelecimento do marco regulatório. A falta da regulação regional nos setores de gás e eletricidade, de regras da interconexão regional, compatíveis com legislações nacionais, ocasiona incertezas sobre graus de intervenção de Estado, de participação do capital privado, da internacionalização de empresas privadas.

22. A presença de comunidades brasileiras na América do Sul (Argentina, Bolívia, Uruguai) e a presença das comunidades sul-americanas no Brasil (Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru) introduzem na agenda da política da integração regional os problemas de propriedade, direito civil e penal, direito trabalhista, estatuto do estrangeiro, reconhecimento de equivalência de ensino em diferentes países, ensino das línguas espanhola e portuguesa e muitos outros.